

## **Spaee: a materialização da avaliação externa no ciclo de alfabetização do Ceará**

 **Lisiane Maria Abreu Martins Lira<sup>1</sup>**

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

### **Resumo**

O artigo objetiva problematizar a avaliação externa na educação brasileira, e de modo particular, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará-Spaee. Dessa forma, o estudo pontua o contexto político em que essa política de controle chegou ao Brasil. Além disso, este trabalho discorre sobre o processo histórico da implementação do Spaee no estado do Ceará e sobre os objetivos prescritos nas diretrizes do Spaee-alfa. Ao identificar as características do sistema avaliativo do ensino básico do Ceará, nesta redação, pondera-se na perspectiva crítica as implicações desse exame externo na prática educativa para a reflexão sobre os contornos desse instrumento avaliativo expresso no cotidiano escolar. A pesquisa busca questionar a intencionalidade desta avaliação em termos de melhoria para a educação, uma vez que compromete a relação professor/aluno e a construção do conhecimento mecanizando a prática pedagógica para alcançar metas.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Avaliação Externa. Spaee.

### **Spaee: the materialization of external evaluation in the literacy cycle in Ceará**

#### **Abstract**

The article aims to problematize external evaluation in Brazilian education, and in particular, the Ceará-Spaee Permanent Basic Education Evaluation System. In this way, the text highlights the political context in which this control policy arrived in Brazil. Furthermore, this work discusses the historical process of implementing Spaee in the state of Ceará, and the objectives prescribed in the Spaee-alfa guidelines. By identifying the characteristics of the evaluation system of basic education in Ceará, this essay considers from a critical perspective the implications of this external examination in educational practice to reflect on the contours of this evaluation instrument expressed in everyday school life. The research seeks to question the intentionality of this evaluation in terms of improving education, as it compromises the teacher/student relationship and the construction of knowledge by mechanizing pedagogical practice to achieve goals.

**Keywords:** Neoliberalism. External Assessment. Spaee.

## **1 Introdução**

Com a crise do capitalismo na década de 70, a economia neoliberal se reinventou para reestruturar novas bases e garantir as condições do modo capitalista (PONTES JUNIOR; OSTI; VIDAL, 2021). Dessa forma, o Estado se afasta das políticas sociais, entra num processo de desresponsabilização com a estabilidade econômica e social se redefinindo desse modo em um Estado gerenciador de resultados e de controle para alcançar metas. Nessa nova configuração do Estado, há

uma crescente intervenção do setor privado e das organizações internacionais para formular as políticas mundo afora.

Nesse contexto neoliberal de Estado mínimo, surgem as avaliações externas no campo da educação em diversos países, assim como também no Brasil, orientadas por organismos internacionais tais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização das Nações Unidas (ONU), as quais, por sua vez, definem um paradigma educacional<sup>1</sup> coerentemente alinhado ao sistema econômico em vista (SILVA, 2019).

Atendendo a essa agenda neoliberal, no Brasil as avaliações externas se iniciam nos anos de 1990 no âmbito da educação através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB na esfera federal, e que teve por finalidade aferir o rendimento escolar dos alunos do ensino fundamental (JÚNIOR; LIMA; FARIAS, 2013). Logo em seguida aos primeiros resultados do SAEB, através da análise desses resultados, o Estado do Ceará adota o seu sistema avaliativo educacional local do ensino básico que tem como nome Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará-Spaece e torna-se o primeiro estado brasileiro por adotar um sistema próprio de avaliação externa educacional (JÚNIOR; LIMA; FARIAS, 2013).

Nessa perspectiva, o presente texto tem como objetivo contribuir para os estudos e debates sobre a avaliação externa no ensino básico do Ceará de modo a promover reflexões críticas sobre a temática.

O estudo é de natureza qualitativa, adotando como procedimentos de coleta de dados a revisão bibliográfica e a análise de documentos legais e normativos das políticas educacionais do Ceará.

Além desta introdução, o texto está organizado em outras quatro seções. A primeira discute o percurso histórico do Spaece que permite identificá-lo como um mecanismo de responsabilização. A seção seguinte procura problematizar os objetivos do Spaece-alfa frente ao contexto dinâmico do processo educativo. A terceira seção apresenta as interferências desse sistema de avaliação na docência e, por fim, o artigo encerra-se com a apresentação das conclusões.

<sup>1</sup> Iniciado nos idos dos anos 1990, na Conferência Mundial de Educação em Jomtien, na Tailândia. Na ocasião, foram estabelecidas metas a serem cumpridas, no âmbito da educação, aos países periféricos e subdesenvolvidos, principalmente aqueles devedores do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 1995).

## 2 Aspectos históricos do Spaece

No Brasil, a partir dos anos de 1990, há uma expansão e adesão das políticas de avaliação externa em alguns estados federativos, que foram iniciadas a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) a nível federal.

Concomitantemente à implementação do Saeb, o Estado do Ceará adota o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) em 1992, e se torna o primeiro estado a adotar a avaliação externa para o sistema educacional local (VIDAL; COSTA, 2022). Dessa forma, a partir dos anos de 1990, o Estado do Ceará governado por seus representantes, seguem uma agenda neoliberal, reduzindo a intervenção do Estado na criação e manutenção das políticas públicas, para um Estado regulador e fiscalizador. A constituição do Spaece versa com a história do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB). O Ceará foi o estado brasileiro pioneiro a examinar com atenção os dados do sistema avaliativo no âmbito federal “para a melhoria da qualidade da educação do estado” (JÚNIOR; FARIAS, 2016, p. 533). Após a análise dos dados do SAEB foi realizado um relatório sobre o panorama do ensino básico do estado pela Secretaria de Educação básica do Ceará (SEDUC), com a colaboração da Universidade Federal do Ceará (UFC) (JÚNIOR; FARIAS, 2016). Nessa perspectiva

[...] Os resultados desta avaliação local revelaram que o Estado do Ceará, em relação aos indicadores educacionais, tinha três graves problemas a enfrentar: o acesso ao ensino básico e a sua universalização, a produtividade do sistema e a qualidade do rendimento escolar (LIMA, 2007, p. 119).

Os resultados negativos dessa análise motivaram a criação de um mecanismo avaliativo particular do ensino básico no Estado e, desse modo, surgiu o sistema de avaliação do Estado do Ceará (JÚNIOR; FARIAS, 2016).

Com a sistematização e consolidação no ano de 1996, essa avaliação passa a chamar-se de Sistema Permanente de avaliação da Educação Básica do Ceará (JÚNIOR; LIMA; FARIAS, 2013). O Spaece tem 32 anos de vigência no estado do Ceará e teve seu início no ano de 1992, avaliando o desempenho escolar dos alunos matriculados na rede pública estadual nas turmas de 4<sup>a</sup> série e da 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental do município de Fortaleza, época em que foi nomeado de Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar. No ano seguinte da sua primeira aplicação, esse sistema ampliou-se para avaliar os estudantes matriculados na rede estadual de

ensino das 14 Delegacias Regionais de Educação (DERE) (FILHO; SOUSA; JÚNIOR, 2021).

Atualmente, o Spaece possui três linhas de avaliação: Spaece-Alfa, voltada para verificar o rendimento de leitura e letramento das crianças das turmas do 2º ano do ensino fundamental; Spaece-Fundamental, que avalia o rendimento escolar nas das crianças do 5º e 9º ano do ensino fundamental nas disciplinas de Língua portuguesa e matemática; e, por fim, o Spaece-Médio, que verifica as aprendizagens dos adolescentes matriculados nas turmas do 3º ano do ensino médio (VIDAL; COSTA, 2022), no qual é verificado o rendimento dos alunos nas disciplinas referentes às mesmas mencionadas no Spaece-Fundamental.

Durante o seu percurso, a avaliação externa do Ceará passou por várias alterações para seguir o plano do Saeb no âmbito federal, caracterizada como um instrumento que visa fiscalizar a qualidade do sistema educacional público e regulamentar políticas de educação para o melhoramento dos resultados dessas avaliações (FILHO; SOUSA; JÚNIOR, 2021).

No entanto, o Spaece adquiriu uma forte característica de responsabilização dos resultados, atrelando ranqueamento e premiações aos professores, aos estudantes e para as unidades escolares. Desse modo, nas escolas tem-se uma corrida por parte dos gestores e professores para alcançar bons índices na avaliação externa fomentada pelo mecanismo de *accountability*, isto é, mecanismo de responsabilização (FILHO; SOUSA; JÚNIOR, 2021).

É nesse cenário que o ensino fundamental da rede pública do Ceará está inserido, fortalecendo uma ideologia de meritocracia e de competição, mensurando a qualidade do sistema de educação refletido única e de maneira equivocada através dos resultados dessa avaliação, e o mais preocupante, suprimindo a razão primária da educação escolar pública, que deveria ser a de iluminar, humanizar e emancipar as mentes do filho da classe trabalhadora.

### **3 Análise dos objetivos do Spaece-Alfa**

O Spaece desde o ano de 2016, conforme já mencionado, tem seu foco de avaliação para verificação de nível do rendimento escolar das seguintes turmas: 2º ano do ensino fundamental (Spaece-Afa); 5º e 9º anos do ensino fundamental (Spaece-Fundamental) e 3º ano do ensino médio (Spaece-Médio). Essas turmas em foco no Spaece são justificadas por averiguar o rendimento escolar das séries finais do

Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Final do Ensino Médio. No entanto, esse estudo tem como dedicação expor a estrutura do Spaece-Alfa.

No ano de 2007 o Spaece-Alfa foi incluído na Avaliação externa instituída pelo Estado do Ceará. A inclusão das turmas do 2º ano do ensino fundamental, de acordo com Filho, Sousa e Júnior (2021),

No caso da matriz do Spaece-Alfa apesar de ser aplicado em uma série não considerada como série final de etapa da educação básica, ganhava contornos de matriz somativa, visto os princípios do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), normatizado pela Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007, que, no parágrafo único, informava que, “para maior garantia do cumprimento de seus objetivos, o Programa, deverá, inicialmente, garantir a aquisição, por todas as crianças de 7 (sete) anos, das competências de leitura e escrita esperadas nesta idade” (CEARÁ, 2007), e que, portanto, legalizava a segunda série do ensino fundamental como a série final para desenvolvimento de habilidades e competências de escrita e de leitura (FILHO; SOUSA; JÚNIOR, 2021, p. 34).

A esse respeito, o Spaece-Alfa analisa as habilidades e o nível das crianças a partir de dois eixos. Eixo 1 consiste na análise de proficiência dos estudantes nessa etapa do ensino ao sistema de escrita alfabética, e no eixo 2 analisa a capacidade de leitura das crianças. Os resultados são analisados dentro de uma escala,

Os resultados dessa avaliação posicionam os estudantes, as instituições escolares e os sistemas que as gerenciam em níveis de aprendizado representativos dentro de uma escala de proficiência. Assim, tais atores e instituições podem obter as seguintes proficiências: não alfabetizados (proficiência até 75), alfabetização incompleta (proficiência de 75 a 100), Intermediário (proficiência de 100 a 125), suficiente (proficiência de 125 a 150) e desejável (acima de 150) (FILHO; SOUSA; JÚNIOR, 2021, p.35).

Cabe pontuar que o Spaece-Alfa, assim como as demais vertentes do Spaece, possui característica censitária e estandardizada, nessa perspectiva de padronização da avaliação. Conforme Moraes (2022, p. 250), consiste numa avaliação de "paradigma tradicional" com destaque aos resultados numéricos realizados por mecanismos de exatidão. Dessa maneira,

[...] As práticas avaliativas tradicionais ao enfatizar o limite dos instrumentos e medidas; a desconsideração da complexidade do fenômeno educativo; a visão estática do conhecimento, do aluno e da aprendizagem; a produção de hierarquias e legitimação da ordem social; a visão negativa do erro; o etnocentrismo e a ausência de transformação produzindo a exclusão social (MORAIS, 2022, p. 251).

À vista disso, diante dos limites desse tipo de avaliação, cabe a reflexão sobre as possibilidades que esse sistema avaliativo tem em responder ao seu objetivo inicial

“para a melhoria da qualidade da educação do estado” (JÚNIOR; FARIAS, 2016, p. 533), como mencionado no tópico anterior.

#### 4 O Spaece e as implicações na prática educativa

Caracterizada como uma avaliação externa e de larga escala, o Spaece promove intensas movimentações no contexto escolar, com vistas a obter bons resultados no ranqueamento das escolas públicas do estado do Ceará. A partir disso, observa-se que a responsabilização por resultados atribuídos aos sujeitos na escola promove pressão aos docentes nessa etapa de ensino. A narrativa do governo sugere a avaliação externa como um instrumento de controle educacional com objetivo que visa na necessidade de melhoria da educação (ESTEBAN, 2012), de modo que

Tal articulação demanda profunda reflexão e amplo debate sobre o que se considera qualidade da educação, pois o cumprimento de metas e elevação de índices de desempenho não expressam necessariamente uma efetiva ampliação dos conhecimentos pelos estudantes ou uma ruptura com os mecanismos de produção das desigualdades escolares (ESTEBAN, 2012, p. 576).

De acordo com essa premissa, resultados técnicos não comunicam a profundidade no que se refere à dinâmica do ensino-aprendizagem, mecanizando e reduzindo as relações dos sujeitos na prática pedagógica para construção do conhecimento, e ainda desconsideram as especificidades da criança e suas necessidades inerente à própria infância, conhecimento relevante para uma prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento cognitivo, intelectual e social das crianças que estão no 2º ano do ciclo de alfabetização.

Percebe-se que, através da responsabilização imposta nos resultados da avaliação externa, a prática docente pode se adequar ao que é exigido na matriz da avaliação do Spaece-alfa, com o foco do conteúdo na Língua Portuguesa. Nesses termos, o educador participa da exposição dos resultados das turmas avaliadas nas turmas em que se aplicam o Spaece e, nesse sentido, põe em risco a sua autonomia, coloca em dúvida as suas concepções sobre o sentido e significado de ensinar, engessando a relação professor(a) aluno(a). Ademais, tais resultados empobrecem a dinâmica na sala de aula, comprometendo o conteúdo das atividades que devem ser significativas para as crianças, além de que no espaço da sala de aula, o processo ensino aprendizagem deverá ter princípios de criatividade, compromisso social, empatia com o educando e a leveza nas relações entre educador(a) e educando(a).

## 5 Considerações finais

As avaliações externas educacionais são uma realidade no âmbito nacional a partir da política de Estado mínimo fomentada pela estrutura econômica neoliberal. Desse modo, neste artigo buscou-se apresentar o sistema de avaliação externa específico do estado do Ceará que se configura como uma avaliação estandardizada, ou seja, padronizada para todos os municípios cearenses, característica esta que ignora a heterogeneidade no sistema educacional.

Ainda, de acordo com o descrito, essa política de avaliação fortalece princípios de competição, individualismo de forma a responsabilizar os resultados das avaliações aos sujeitos das escolas, desprezando todos os fenômenos sociais e contextos precarizados no cotidiano escolar.

É preciso situar que o papel do Estado limita-se nessa política educacional, consistindo-se na gestão de resultados para se alcançar metas sem vislumbrar investimentos necessários na estrutura dos equipamentos das escolas públicas e condições de trabalho para uma prática docente segura em um ambiente confortável e favorável ao ensino.

Portanto, ao confiar a um instrumento avaliativo como mecanismo para a melhoria da qualidade de ensino, o Estado negligencia a promoção de um ensino público de qualidade, instrumento importante no combate ao abismo social vigente no Brasil.

## Referências

COSTA, Anderson Gonçalves; SOUSA, Esmeraldina Januário de; VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche. Estratégias para gestão escolar em tempos de avaliação: uma investigação em municípios do Ceará. **Retratos da Escola**, v. 15, n. 33, p. 959–972, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v15i33.1274> Acesso em 12 jun. 2024.

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 573–592, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000300005>

JÚNIOR, Antônio Germano Magalhães.; LIMA, Diva; FARIAS, Maria Adalgiza de. Política de avaliação educacional no estado do Ceará: histórico dos programas de avaliação da Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC). **Revista Tópicos Educacionais**, Recife, v. 19, n. 2, p. 54 – 75, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22369> Acesso em 17 jun. 2023

LIMA, Aléssio Costa. **O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (SPAECE) como expressão da política pública de avaliação educacional do estado.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

MALANCHEN, Julia. **Políticas educacionais, trabalho pedagógico & pedagogia histórico-crítica.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2022. 779p.

PONTES JUNIOR, José Airton; OSTI, Andreia; VIDAL, Eloisa Maia. **Avaliações estaduais: nascimento, vida e protagonismo.** Brasília, ANPAE, 2021. 286p.

SILVA, Daniele Oliveira. **O sistema permanente de avaliação da educação básica do Ceará – SPAECE – e a prática docente no contexto de crise estrutural do capital.** 2019. 73f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49860>  
Acesso em: 17 jun. 2023.

---

<sup>1</sup>**Lisiane Maria Abreu Martins Lira**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5302-8066>  
Professora do Ensino Fundamental da Prefeitura de Fortaleza; Mestranda em Serviço Social do MASS pela UECE; Especialista em administração escolar; Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA.  
Contribuição de autoria: a autora produziu o conteúdo e a escrita do texto.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4224176608216061>  
E-mail: [lisilira@hotmail.com](mailto:lisilira@hotmail.com)

#### **Como citar este artigo (ABNT):**

LIRA, Lisiane Maria Abreu Maertins. Spaece: a materialização da avaliação externa no ciclo de alfabetização do Ceará. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 5, p. e024020, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51281/imp.a.e024020>

*Recebido em 11 de julho de 2024  
Aprovado em 15 de outubro de 2024  
Publicado em 31 de outubro de 2024*